

GESTÃO PARTICIPATIVA DA VISITAÇÃO PÚBLICA NA COMUNIDADE DO MARUJÁ – PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO¹

Marcos Bürher CAMPOLIM²
Isadora Le Senechal PARADA³
Juliana Greco YAMAOKA⁴

RESUMO

O presente trabalho relata o processo de gestão participativa da visitação pública na comunidade tradicional do Marujá inserida no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Desenvolveu-se uma metodologia baseada em conceitos de turismo sustentável e de base comunitária, utilizando-se ferramentas de planejamento e gestão participativa, a qual proporcionou benefícios socioeconômicos para a comunidade tradicional e a proteção dessa Unidade de Conservação.

Palavras-chave: visitação pública; comunidade tradicional; Parque Estadual da Ilha do Cardoso; Unidade de Conservação; gestão participativa.

ABSTRACT

This paper reports the shared management process for public visitation at the Marujá traditional community in the Ilha do Cardoso State Park. It was developed a methodology based on concepts of sustainable tourism and the community-based, using tools of participatory planning and management, which provided socio-economic benefits to the traditional community and the region where it is inserted and the protection of that Protected Area.

Key words: public visitation; traditional community; Ilha do Cardoso State Park; Protected Area; shared management.

1 INTRODUÇÃO

O cenário referente às Unidades de Conservação - UCs brasileiras tem refletido muitos conflitos entre os interesses de conservação dos ecossistemas e suas espécies e os interesses das comunidades tradicionais que habitam a maioria destas áreas de conservação (Diegues & Arruda, 2001).

A partir da década de 1980 o paradigma de conservação baseado na “exclusão humana” é substituído pelo paradigma da criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem (Ferreira, 2004).

Morales & Marcfaland (1987) relatam que o principal desafio de administradores e planejadores de uma UC está em compreender a natureza em função dos recursos naturais e culturais para poder cuidá-los e utilizá-los de maneira que propiciem benefícios ao ser humano e contribuam para a conservação da área.

Metodologias de análise da efetividade do manejo de áreas protegidas com participação social (Medina, 2005) fundamentam-se em compreender a situação atual de manejo e orientá-la para uma situação desejada, em que se alcançam os objetivos de conservação mediante um processo legitimado socialmente. A legitimidade social ocorre quando os atores reconhecem, apropriam e incorporam no desenvolvimento de suas vidas os objetivos de conservação, a existência da área protegida e a função pública de conservação exercidas pelas autoridades competentes.

(1) Aceito para publicação em maio de 2008.

(2) Instituto Florestal, Caixa Postal 1322, 01059-970, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: marcoscampolim@yahoo.com.br

(3) Cota 100, Rua da Quarentenária, 449, 11990-000, Cananéia, SP, Brasil. E-mail isadoraparada@yahoo.com.br

(4) Rede Cananéia, Rua Antônio Collaço de Souza, 120, 1990-000, Cananéia, SP, Brasil. E-mail: julianagreco@yahoo.com.br

Dentre os critérios metodológicos atualmente adotados para o manejo de áreas protegidas com participação social se destacam os seguidos pelo Sistema de Parques Nacionais Naturais da Colômbia (Medina, 2005), os quais são:

- construção conjunta de longo prazo;
- construção de “baixo” para “cima”;
- construção conjunta com base em propostas e/ou processos sociais em andamento;
- recursos como resultantes de processos e não como ponto de partida de projetos;
- formação e nivelção de atores sociais e institucionais;
- fortalecimento organizativo como fim e como meio para se chegar aos objetivos de conservação;
- interdependência entre diversidade biológica e cultural com grupos étnicos, e
- estratégias de validação de benefícios e de geração de alternativas econômicas como forma de se chegar a pactos para a defesa das unidades de conservação.

Tais critérios se assemelham aos princípios adotados pelo processo de ordenamento da visitação pública no Parque Estadual da Ilha do Cardoso - PEIC.

A ocupação humana em áreas protegidas da categoria de proteção integral segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Brasil, 2004) não é permitida, devendo as comunidades tradicionais em seu interior serem realocadas. Porém, segundo o SNUC em seu artigo 42, reconhece a presença dessas comunidades e até que seja possível reassentar em outra localidade “serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença de populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações”.

Registros históricos relatam que, na época do descobrimento, a região de Cananéia era povoada pelos índios Carijós, sendo berço da colonização européia (Schaden, 1954), e que no início do século XX existiam mais pessoas habitando a Ilha do Cardoso do que a sede do município de Cananéia (Almeida, 1946). A mudança de ciclos econômicos foi o principal fator de êxodo da Ilha (Mourão, 1971). Com o advento da legislação ambiental a partir da década de 1950 e a criação do Parque em 1962, algumas atividades tradicionais praticadas foram restringidas, como a roça de subsistência e o extrativismo vegetal (Mendonça, 2000).

A Portaria Ministerial nº 139/94, referente à cessão da Ilha do Cardoso da União para o Estado, com o objetivo de implementar o Parque Estadual, previu ser permitida somente a permanência dos ocupantes tradicionais da Ilha. Em 1995 o Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA aprovou o relatório de proteção Ambiental da Ilha do Cardoso, sendo na época recomendado que “o Plano de Manejo deve contemplar as famílias de pescadores na Ilha, procurando incorporar suas contribuições à elaboração do próprio plano e atribuindo, preferencialmente, funções de manutenção, fiscalização e gerenciamento a eles”.

A elaboração do Plano de Manejo do PEIC teve início em 1997, sendo adotado o processo participativo através de diversas oficinas com as comunidades da região e entidades governamentais e não governamentais que atuam no Parque. Informações técnico-científicas produzidas foram levantadas e sistematizadas. Em 1998, por meio da Resolução SMA nº 28 de 27/03/1998 formalizou-se a primeira fase desse Plano de Manejo denominada Plano de Gestão Ambiental - PGA (São Paulo, 1998). Nos programas de manejo de Visitação Pública e Educação Ambiental do PGA foram previstas atividades de controle da visitação pública e de planejamento conjunto com as comunidades para a definição de normas para ocupação e implantação de infra-estrutura. No início desse mesmo ano, foi criado o Comitê de Apoio à Gestão do PEIC (Conselho Consultivo), com a finalidade de subsidiar a direção do Parque na tomada de decisões e encaminhamentos. Desde então, esse Comitê se reúne mensalmente, sendo composto originalmente por 14 representações: uma de cada comunidade do Parque, perfazendo 5 representações, 5 representantes de instituições governamentais e 4 representantes de entidades não governamentais, todas sediadas na região. Posteriormente, a Polícia Ambiental, a Secretaria de Educação Estadual, a Associação dos Monitores Ambientais de Cananéia e a Associação Comercial de Cananéia passaram a integrar essa composição.

O Plano de Manejo propriamente dito foi finalizado e aprovado pelo CONSEMA em 2001, por meio da Deliberação CONSEMA nº 30 de 24/10/2001. Esse documento foi elaborado através do monitoramento e avaliação da implementação da primeira fase (PGA), de discussões através de oficinas, e levantamento de dados primários complementares. Os programas de manejo, bem como as diretrizes e normas relacionadas à presença de ocupantes tradicionais atenderam ao disposto no artigo 42 da Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2004).

A ocupação humana do PEIC está distribuída em 6 comunidades e alguns sítios isolados, perfazendo um total de 392 ocupantes tradicionais⁵, 28 ocupantes não tradicionais e cerca de 35 indígenas guaranis M'Bya. As principais fontes de renda atuais desempenhadas por estes moradores são as atividades pesqueiras estuarina e costeira e as vinculadas ao turismo. No setor turístico se destacam as relacionadas à hospedagem (aluguel de casas, pousadas-residência e áreas para camping), aos serviços de alimentos e bebidas (bares, restaurantes e comércio informal de doces e salgados), aos serviços gerais (caseiros e faxineiros), aos serviços de transporte (barcos para passeio e traslado) e aos serviços de lazer (monitoria ambiental e pesca amadora) (São Paulo, 2001)⁶.

O PEIC recebe cerca de 15 mil visitantes por ano⁷, funcionando como um multiplicador da atividade turística na região do Vale do Ribeira. Os grupos de estudantes, pesquisadores e ecoturistas que vêm à região motivados pela visita ao Parque, freqüentemente estendem sua estada na cidade por mais alguns dias, fortalecendo a economia local (Santa Rita *et al.*, 2002)⁸.

A comunidade do Marujá encontra-se na restinga sul da Ilha, na face voltada para o canal do Ararapira, sendo a mais povoada, perfazendo um total de 174 habitantes, composto por 90,6% de ocupantes tradicionais e 9,4% de não tradicionais (São Paulo, 2001). Conta com a Associação dos Moradores do Marujá⁹ - AMOMAR – e dispõe de infra-estrutura comunitária simples, tais como escola, centro comunitário, posto telefônico, posto de saúde e igreja. A grande beleza cênica, a relativa facilidade de acesso (somente por embarcação) e a infra-estrutura instalada proporcionaram ao Marujá uma vocação turística, motivando a maioria dos moradores a encarar o turismo como alternativa de renda. Tal atividade, no entanto, se desenvolveu de forma desordenada, em virtude da ausência de diretrizes e de supervisão por parte da administração da UC (justificada pela falta de recursos financeiros e humanos). A partir do verão de 1997/1998, iniciou-se o processo de ordenamento da visitação pública direcionando os esforços iniciais na comunidade do Marujá em virtude da demanda turística já existente.

A condição socioeconômica e ambiental encontrada no início dos trabalhos foi: presença de grande quantidade de focos lixo espalhados por toda a comunidade, praias e trilhas; esgoto a céu aberto; falta de água em dias de grandes concentrações de visitantes (feriados); grande parte das edificações com telhas de cimento amianto; presença desordenada de cachorros e gatos; poucos moradores tradicionais possuíam áreas de camping e embarcações para transporte náutico de turistas; dependência econômica de turistas veranistas os quais possuíam casas irregulares no Parque e contratavam serviços de caseiros; perda cultural, principalmente a atividade musical do fandango (música típica caiçara); concentração excessiva de turistas em determinadas áreas e utilização de praia e mata para acampamento desordenado; barulho excessivo em horários noturnos; sistema de reservas de hospedagem deficiente; transporte náutico turístico transgredindo normas de navegação e segurança (barcos superlotados sem equipamentos de segurança adequados, trânsito de embarcações e motonáuticas abusivo).

(5) O plano de Manejo do PEIC define em seu programa de iteração socioambiental, o morador tradicional como sendo aquele que:

- o chefe da família está há, no mínimo, 3 (três) gerações residindo na Ilha do Cardoso;
- desenvolve atividades de baixa interferência no meio ambiente, caracterizadas pela pequena escala e baseadas no uso dos recursos renováveis, e
- tem conhecimento e domínio das técnicas tradicionais (pesca, agricultura e construção).

(6) SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. São Paulo, 2001. 196 p. (relatório não publicado).

(7) O PEIC dispõe de uma capacidade total de hospedagem de 1.615 pessoas e somente a comunidade do Marujá compreende aproximadamente 62% desta capacidade, ficando o restante dividido entre a Sede do Parque e a Ilha e demais comunidades (Santa Rita *et al.*, 2002).

(8) SANTA RITA, B. S.; PARADA, I. L. S.; CAMPOLIM, M. B. **O turismo de base comunitária no Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. Prêmio Sesc/Senac de Turismo Sustentável - estudo de caso. São Paulo, 2002. (não publicado).

(9) AMOMAR – fundada em 1998 é composta exclusivamente por moradores tradicionais.

Frente ao contexto de degradação ambiental e social encontrado na comunidade e da deficiência financeira e de pessoal da administração do PEIC, fez-se necessário a implementação de um processo de ordenamento da visitação pública de forma participativa, envolvendo toda a comunidade tradicional local.

O objetivo deste trabalho foi apresentar metodologia de ordenamento da visitação pública junto a uma comunidade tradicional inserida em uma UC, desenvolvida de forma participativa e baseada em conceitos de turismo sustentável e de base comunitária. Tal metodologia poderá subsidiar intervenções em outras localidades que apresentem contextos semelhantes.

2 MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

O PEIC está localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, no município de Cananéia, divisa com o Estado do Paraná (FIGURA 1), entre as coordenadas 25° 03' 05" e 25° 18' 18" de latitude S e 48° 05' 42" e 48° 53' 48" de longitude W, separada do continente pelo canal do Ararapira e pela Baía de Trapandé (São Paulo, 2001). Foi criado pelo Decreto nº 40.319, de 03 de julho de 1962 e apresenta cerca de 15.100 hectares. Está inserido na região do Vale do Ribeira, a qual consiste no maior contínuo de Mata Atlântica do Brasil. O setor paulista desta região apresenta os mais baixos indicadores sociais do Estado e compreende 51% de seu território dentro de Unidades de Conservação (Prefeitura Municipal Estância de Cananéia - PMEC, 2005).

Em 1993 a Ilha do Cardoso foi considerada como Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, 2005) e em 1999 integrou ao Sítio do Patrimônio Mundial Natural (UNESCO, 1999).

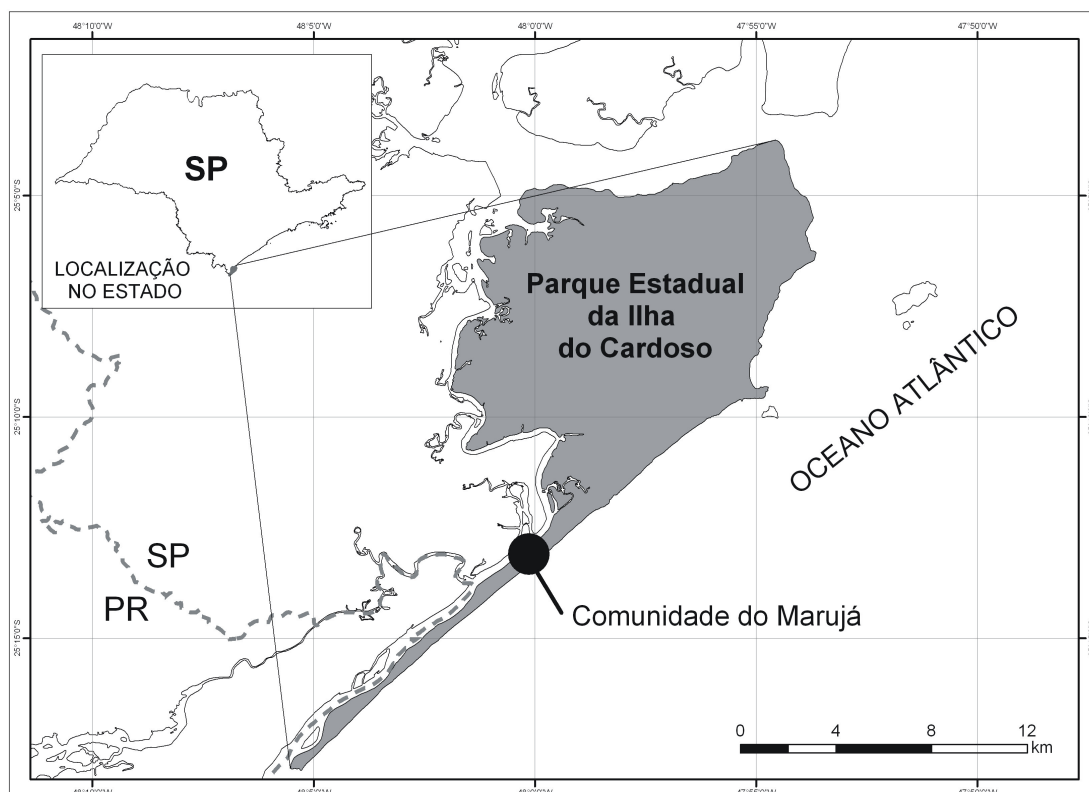


FIGURA 1 – Mapa de localização do PEIC. Elaboração: Isadora Parada.

2.2 Metodologia

A metodologia adotada para o ordenamento da visitação pública na comunidade do Marujá foi desenvolvida atendendo conceitos de turismo sustentável e de base comunitária e utilizando ferramentas de planejamento e gestão participativa (Mitraud, 2004; Medina, 2005).

A comunidade tradicional envolvida participou ativamente em sua formulação e aplicação (pesquisa participante). Tal processo se deu em função do número restrito de funcionários do PEIC e da pré-disposição dos moradores dessa comunidade, os quais tinham consciência da necessidade de tal ordenamento.

A implementação dessa metodologia foi analisada pelo período de seis anos. O QUADRO 1 (Processo Comunitário de Ordenamento da Visitação Pública) apresenta essa metodologia sintetizada, os problemas abordados, os instrumentos utilizados e os produtos obtidos. Esse método continua a ser adotado atualmente.

A primeira etapa consiste na identificação dos problemas, seguida da priorização em assembléia¹⁰ das questões a serem trabalhadas, da definição das normas e dos responsáveis pela execução e monitoramento. A equipe executora dessa fase compreende o responsável pelo Parque e um guarda-parque, a Comissão de Turismo da comunidade, os monitores ambientais e os estagiários/voluntários.

As assembléias iniciam e fecham os períodos analisados, que geralmente se referem à alta temporada (período das férias de verão). As mudanças ocorridas durante esse período, são acatadas em feriados prolongados, quando a visitação se intensifica novamente, reconhecendo que a atividade tem característica sazonal.

A aplicação e monitoramento das regras definidas nessa etapa ocorrem com a viabilização da logística¹¹ (alojamentos, transporte e alimentação para equipe, bem como equipamentos e materiais de apoio), a definição da metodologia da ação e sua operacionalização.

Numa segunda etapa é realizada uma nova assembléia para avaliação da aplicação das normas, quando são levantados, pela Equipe Executora I e pelos moradores, os principais aspectos e incidentes ocorridos. São discutidas novas normas e readequadas àquelas que se mostraram ineficientes, definindo as penalidades no caso de desrespeito ao estipulado. Novamente, é elaborado um planejamento para a definição da logística e das estratégias de ação que serão desenvolvidas pela Equipe Executora II, que passa a compreender apenas a Comissão de Turismo e os guardas-parque. Essa equipe será responsável pela divulgação das novas normas e implementação das penalidades.

As equipes executoras são diferenciadas nos seus dois momentos, mas têm o papel de integrar os diversos agentes que participam desse processo (comunidade, barqueiros, monitores ambientais, agências de turismo, entre outros).

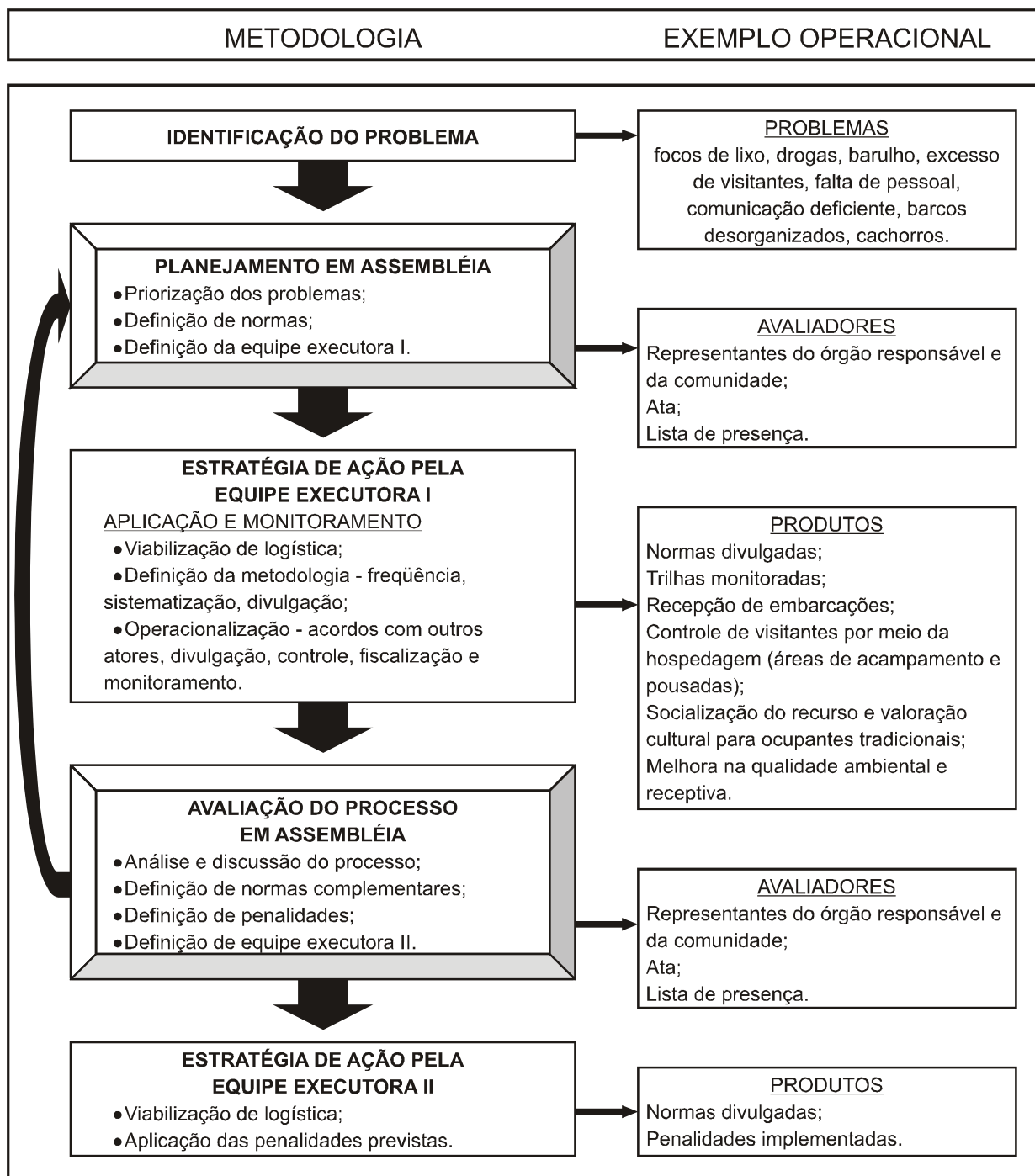
O trabalho voluntário teve grande importância para a viabilização desta metodologia. A seleção de estagiários voluntários e monitores ambientais, em um primeiro momento, foi realizada pelo PEIC, evoluindo posteriormente para um processo de seleção e direcionamento de atividades efetuado em conjunto com a comunidade.

Os encaminhamentos definidos nesse processo de ordenamento foram registrados nas atas das assembléias comunitárias realizadas no Marujá, nas atas das reuniões do Conselho Consultivo do PEIC e para o período de até março de 2001, subsidiaram a elaboração dos programas de interação socioambiental e de visitação pública do plano de manejo do PEIC, o qual foi formalizado em outubro de 2001.

(10) As assembléias têm um papel fundamental de exercitar a cidadania dos moradores. Podem votar em assembléia, todos os moradores tradicionais que sejam maiores de dezesseis anos.

(11) Os recursos para a logística são disponibilizados pelo PEIC e pela comunidade para as equipes que cobrem o quadro de apoio de operações (verão e feriados prolongados).

QUADRO 1 – Processo comunitário de ordenamento da visitação pública.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No verão de 1997/1998 iniciaram as atividades de ordenamento participativo da visitação pública na comunidade do Marujá. O QUADRO 2 apresenta um breve histórico dos problemas enfrentados e ações desencadeadas.

QUADRO 2 – Histórico dos problemas enfrentados e ações desencadeadas.

PERÍODO	PROBLEMAS PRIORIZADOS	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO
1997 - 1998	<ul style="list-style-type: none"> Focos de lixo espalhados por toda a comunidade, praias e trilhas. 	<ul style="list-style-type: none"> Estagiários direcionados para a eliminação de focos e conscientização dos moradores; Disponibilização de embarcação para transporte de lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> Eliminação dos principais focos de lixo.
1998 - 1999	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação deficiente; Lixo coletado misturado (orgânico e inorgânico); Acampamentos (barracas de camping) sem controle; Falta de informação e monitoramento em trilhas; Qualidade sanitária deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do telefone comunitário; Início da orientação junto aos moradores sobre lixo orgânico e inorgânico; Estabelecimento da cota máxima de 15 barracas por banheiro; proibição e retirada de barracas em áreas inadequadas; Monitores ambientais acompanhando visitantes em trilhas; Mapeamento e visitas a iniciativas de tratamento alternativo de esgoto; fomento à implantação de banheiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Telefone para efetuar reservas de áreas de acampamento e pousada; Início da coleta seletiva; Intervenção para retirada de barracas; cota estabelecida não cumprida; definição de número máximo de 270 barracas para os próximos períodos. Dificuldade no aceite do acompanhamento do monitor; Elaboração de projeto para tratamento de esgotos e implantação de novos banheiros.
1999-2000	<ul style="list-style-type: none"> Excesso de visitantes em trilhas; Excesso de barracas; Utilização explícita de drogas pelos visitantes; Falta de recursos para a logística da Operação Verão; Desembarque de animais domésticos; Qualidade sanitária deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Nas trilhas, obrigatoriedade do acompanhamento por monitores; fomento a novo curso de formação de monitores; Redistribuição de barracas, monitoramento diário, punições para donos de áreas de acampamento e barqueiros; e cota máxima de 10 barracas por banheiro; Trabalhos de conscientização e palestras sobre uso de drogas; e policiamento nos picos de visitação; Taxa de barracas (cobrada pelo PEIC e AMOMAR); Cadastramento de animais dos ocupantes e proibição com penalidades para o desembarque por turistas. Orientação direcionada aos barqueiros; Instalação de sistema piloto de tratamento alternativo de esgoto e fomento à implantação de banheiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Muitos visitantes em trilhas sem acompanhamento do monitor; Número de monitores insuficiente; Muitos donos de camping penalizados por ultrapassar o limite pré-estabelecido; Necessidade da participação do morador no controle do uso de drogas em sua área; Recursos arrecadados utilizados na logística de ordenamento da visitação; Desrespeito à proibição de desembarque de animais domésticos; Sistema piloto de tratamento alternativo de esgoto instalado em alguns setores; Implantação de novos banheiros.
2000-2001	<ul style="list-style-type: none"> Trilhas saturadas e sem controle; Excesso de barracas Utilização de drogas pelos visitantes; Barulho excessivo no período noturno; Qualidade sanitária deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitores de plantão na entrada das trilhas; Redistribuição de barracas, monitoramento diário e implementação de punições; Responsabilização do morador pelo uso de drogas em sua área e policiamento nos picos de visitação; Definição de horário limite para bailes e funcionamento de geradores; Avaliação do sistema piloto de tratamento alternativo de esgoto e fomento à implantação de banheiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle dos visitantes nas trilhas; Controle efetivo de barracas; Diminuição do uso de drogas em virtude da participação do morador no controle em sua área; Horário limite atendido; Comprovação de deficiência do sistema piloto alternativo de tratamento de esgoto e implantação de novos banheiros.
2001-2002	<ul style="list-style-type: none"> Novas demandas para áreas de camping; Carência no registro e monitoramento de visitantes; Qualidade sanitária deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Redistribuição de barracas e corte de barracas de ocupantes não tradicionais; Implantação de cadernos de controle de visitantes; Mapeamento e visitas de iniciativas de tratamento alternativo de esgoto e fomento a implantação de banheiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de novas áreas de acampamento com diminuição do número de barracas; Controle de visitantes realizado, porém com deficiências; Implantação de novos banheiros.
2002-2003	<ul style="list-style-type: none"> Deficiência no registro e monitoramento de visitantes; Qualidade sanitária deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistematização de informações das áreas de acampamento; obrigatoriedade de cadernos para controle de visitantes nas pousadas; Fomento à implantação de banheiros e a pesquisas sobre tratamento alternativo de esgoto. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle de visitantes realizado; Pesquisa sobre tratamento alternativo de esgoto pela USP – São Carlos e implantação de novos banheiros.
2003-2004	<ul style="list-style-type: none"> Deficiência no registro de visitantes; Qualidade sanitária deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistematização das taxas de hospedagem cobradas pela AMOMAR; Elaboração de projeto alternativo para tratamento de esgoto e estabelecimento de cota máxima de seis barracas por banheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação do controle de visitantes pelos meios de hospedagem; Projeto alternativo de tratamento de esgoto em análise por potenciais financiadores e implantação de novos banheiros.

No ano de início do processo de ordenamento a infra-estrutura existente na comunidade era de 13 pousadas, 1 mercearia, 6 bares, 3 restaurantes, 13 áreas de camping, 2 trilhas e nenhum monitor ambiental (São Paulo, 1998).

Inicialmente, existiam grandes concentrações de barracas em poucas áreas de acampamento, conforme apresentado no QUADRO 3. Além dessa distribuição desigual, 32,5% das vagas para barracas (em três áreas de acampamento) não beneficiavam a população tradicional, visto que eram exploradas por ocupantes não tradicionais os quais em sua maioria não residiam na comunidade. Essa porcentagem diminuiu gradativamente para 25% em 1999/2000, 11,1% em 2000/2001, 5,6% em 2001/2002 e corte definitivo a partir do período de 2002/2003.

Nos seis anos do processo analisado, a maioria dos ocupantes tradicionais desta comunidade passou a ser beneficiada, pois houve um aumento das áreas de acampamento (de 13 para 37) e proibição da exploração por ocupantes não tradicionais. Destaca-se que a redução no número total de barracas (de 338 para 258) não prejudicou a comunidade, pois houve melhorias na distribuição das cotas de barracas e na qualidade dos serviços, possibilitando o aumento no valor cobrado dos turistas, o que também contribuiu para a melhoria no perfil do visitante.

QUADRO 3 – Histórico das áreas de acampamento na comunidade do Marujá.

Período	Nº de Barracas	Nº de Áreas de Acampamento
1998/1999	338	13
1999/2000	270	18
2000/2001	270	21
2001/2002	266	30
2002/2003	258	37
2003/2004	258	37

A capacidade total de suporte na comunidade do Marujá foi calculada através do número de leitos disponíveis para o pernoite de visitantes, totalizando aproximadamente mil leitos, divididos entre áreas de acampamento, pousadas-residência e aluguel de residências. Para que esse limite não seja superado, é realizado o monitoramento nos meios de hospedagem pela Comissão de Turismo dessa comunidade e representantes do PEIC. As áreas de acampamento autorizadas possuem limite máximo de barracas.

A atual infra-estrutura turística existente na comunidade do Marujá é composta por 15 pousadas-residência, 11 estabelecimentos de alimentos e bebidas e 37 áreas de camping (São Paulo, 2001). Alguns moradores alugam parcial ou totalmente as suas residências para turistas. A Comissão de Turismo da Associação de Moradores do Marujá arrecada a taxa de R\$ 1,00 por barraca por dia e R\$ 0,50 por pessoa hospedada nas pousadas, recurso este revertido em projetos comunitários, como, por exemplo, a logística para monitores ambientais e estagiários na operação verão e a coleta seletiva de lixo. A realização de reserva de hospedagem é necessária, pois a demanda é alta, principalmente no verão e nos feriados prolongados. As reservas são feitas através dos funcionários contratados pela Associação dos Moradores que operam o telefone comunitário e registram as solicitações para os proprietários dos estabelecimentos de hospedagem.

Dentre os resultados desse processo de ordenamento participativo da visitação pública, em que a comunidade tradicional receptora foi a principal beneficiada, se destacam: a eliminação de focos de lixo e implantação de coleta seletiva gerenciada pela própria comunidade; implantação de sistema básico de tratamento de esgoto, o qual ainda se apresenta deficiente, porém em condições muito melhores do que as do início do processo de ordenamento; eliminação do problema de falta de água em dias de grandes concentrações de visitantes (feriados) pela melhoria da rede de captação e instalação de reservatórios nas edificações existentes; substituição quase que completa de telhas de cimento amianto por telhas de cerâmica nas residências; controle populacional de cachorros e gatos na comunidade por meio de castração e cadastro dos animais existentes e proibição de novos animais; melhora de renda e auto-estima dos moradores em virtude de passarem de prestadores de serviços (caseiros) para gerenciadores do receptivo turístico

(restaurantes, áreas de acampamentos, pousadas e transporte náutico); posicionamento contrário a presença de ocupantes não tradicionais (veranistas com casas irregulares no PEIC), inclusive a nível judicial, o que fortaleceu ações de reintegração de posse pelo Estado e de demolições de edificações irregulares; valorização cultural onde a própria Associação de Moradores discute e investe no resgate da cultura caiçara, sendo que atualmente esta comunidade possui um grupo de fandango (músicos) que faz apresentações; distribuição das áreas de acampamento por toda a comunidade, em pequenas concentrações (a maioria com 5 barracas cada) ocasionando melhor controle quanto ao comportamento dos visitantes, melhoria no atendimento e socialização do recurso econômico originário desta atividade; controle do barulho excessivo pela diminuição das concentrações de barracas e estabelecimento de horários máximos para sonorização mecânica e bailes; melhora no sistema de reservas de visitantes pela implementação da central de reservas comunitária; controle do número máximo de visitantes pelo sistema de reservas e de transporte náutico; aumento do número de embarcações apropriados para o transporte náutico turístico e estabelecimento de regras de navegação.

Houve ainda o fortalecimento da economia dos diversos segmentos envolvidos em atividades turísticas no município de Cananéia, tais como: os monitores ambientais, filiados à Associação de Monitores Ambientais de Cananéia - AMOAMCA, os quais aumentaram suas atividades profissionais pelo estabelecimento de número máximo de visitantes por monitor em trilhas e gerenciamento do centro de visitantes na comunidade do Marujá; o setor de transporte náutico, em virtude da melhoria na qualidade dos serviços e equipamentos e da organização do setor em associações, as quais auxiliam na supervisão do atendimento às normas e limites de hospedagem na comunidade do Marujá; os estabelecimentos de hospedagem, alimentos e comércio em geral da sede do município, visto o aumento da demanda e melhora econômica no perfil do visitante, os quais, em grande parte, realizam passeios durante o dia até a comunidade do Marujá, pernoidando em Cananéia. Os benefícios refletem, ainda, nas atividades turísticas do Vale do Ribeira como um todo, aumentando a demanda para o comércio e serviços receptivos da região e a procura por outras Unidades de Conservação, favorecendo ainda as agências emissivas dos centros urbanos. Outro resultado expressivo é que as ocorrências criminais e de danos ambientais vinculadas à visitação pública nessa comunidade, diminuíram drasticamente desde o início das atividades (verão de 1997/1998).

No Marujá a visitação pública tem sua operacionalização adequada, mesmo que ainda necessite de incrementos tecnológicos (internet, sistema de telecomunicação, geração de energia elétrica alternativa, sistema de tratamento sanitário), e se aproxima muito dos conceitos que definem turismo responsável e de base comunitária, sendo aquele em que as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, e que por meio do envolvimento participativo desde o início, qualquer ação voltada ao turismo proporciona a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (Mitraud, 2004).

O reconhecimento desse processo tem se dado por meio da freqüente consulta e visitas técnicas de entidades governamentais e não governamentais que atuam com UCs no Estado de São Paulo, além de outros estados. Outro reconhecimento se deu através do Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável, em dezembro de 2002, com o artigo “O turismo de base comunitária no Parque Estadual da Ilha do Cardoso”. A mudança do perfil do visitante nessa comunidade (aumento da procura por pesquisadores, empresários, grupos organizados de estudantes e famílias) também é um importante indicativo da consolidação desse processo.

A discussão sobre ocupação humana no interior de Unidades de Conservação de proteção integral gera posicionamentos distintos, não só no meio técnico e científico como também na sociedade em que está inserida a UC. O PEIC dispõe de bases legais gerenciais (Lei, Portarias, Plano de Manejo e demais Resoluções) que permitem o desenvolvimento de atividades socioeconômicas visando à conservação do ambiente natural e a qualidade de vida dos ocupantes tradicionais.

4 CONCLUSÃO

O processo participativo de identificação, planejamento de ações e resolução de problemas viabilizou o ordenamento da visitação pública na comunidade do Marujá e subsidiou a formatação de diretrizes e atividades do Plano de Manejo do PEIC, além de outros regulamentos gerenciais.

A comunidade do Marujá internalizou o processo participativo de ordenamento da visitação pública e de socialização de recursos, consolidando conceitos de turismo de base comunitária. Atualmente, vem desenvolvendo ações para a melhoria da qualidade do receptivo turístico e para o resgate cultural.

O PEIC, mesmo não dispondo de número adequado de funcionários direcionados para a atividade de ordenamento da visitação pública e fiscalização, vem conseguindo viabilizar o controle dos visitantes por meio do processo de gestão participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. P. Memória histórica da Ilha do Cardoso. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 111, p. 19-52, 1946.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**: lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 4. ed. Brasília, DF, 2004. 52 p.

DIAS, M. A. C. **Moradores tradicionais de Marujá e legislação ambiental**. 1998. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 5-29, 2004.

MENDONÇA, A. L. F. **A Ilha do Cardoso**: o parque estadual e os moradores. 2000. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENDONÇA, A. L. F. *et al.* Plano de Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – avaliação de uma experiência de planejamento participativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Instituto Ambiental do Paraná/IAP, 1997. v. 2, p. 219-233.

MEDINA, M. M. (Org.). **Análisis de efectividad del manejo de áreas protegidas con participación social**. Contexto y marco conceptual. Cali: Editorial WWF Colombia, 2005. 64 p.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2004. 164 p.

MORALES, R.; MACFARLAND, C. **Compendio sobre la metodología para la planificación de áreas silvestres**. Turrialba: Catie, 1980. 26 p.

MOURÃO, F. A. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. 1971. 233 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PARADA, I. S. **Mudanças sócio-ambientais de duas comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. 2001. 157 f. Monografia (Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA - PMEC. **Plano de gestão e ordenamento turístico do município de Cananéia**: diretrizes e programas 2005-2008. Cananéia, 2005. 76 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal. **Plano de gestão ambiental – fase 1 do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. São Paulo, 1998. 47 p.

CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G. Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**, São Paulo, v. 5, n. 18, p. 385-406, 1954.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **World heritage nomination** – IUCN technical evaluation Atlantic Forests (Southeast). Brasília, DF: UNESCO, 1999. p. 1-8.

_____. **World network of biosphere reserves** – SC/EES. Paris: The MAB Program, 2005. 19 p.